



IDENTIFICAÇÃO

Nome do Orientador: Rafael Straforini

Nome do Aluno: Lucas Mariano da Silva Moreira Romero Rios

Área do projeto: Geografia e ensino especial

Título do projeto do aluno: Autismo e ensino de Geografia: Pandemia e os desafios para um ensino Inclusivo.

Palavras-chave: Ensino de geografia, Autismo, Ensino Remoto.

Órgão de financiamento à pesquisa: PIBIC/CNPq

1. INTRODUÇÃO

O projeto se baseia na análise e compreensão das demandas e necessidades desenvolvidas na relação entre professores e alunos portadores do espectro autista no período de adaptação do ambiente escolar ao isolamento social da pandemia do Covid 19. Para tal, foram realizadas também de forma remota entrevistas semiestruturadas com professores de escolas de ensino médio e fundamental que lecionam para alunos portadores de TEA (Transtorno do Espectro Autista). Também foi realizada uma breve contextualização do desenvolvimento e das políticas públicas em torno do transtorno do espectro autista no Brasil, tendo como enfoque a dimensão escolar e de como as políticas públicas se interrelacionam com a realidade escolar brasileira.

Esperamos com esse projeto que a compreensão em torno da educação especial no ensino de Geografia apresente uma melhora com um movimento de discussão em torno do desenvolvimento pessoal e escolar do educando, a partir do entendimento das principais demandas que existem sobre um ensino inclusivo concreto e real com portadores do TEA. Com isso, é esperado que ocorra um incentivo ao desenvolvimento pessoal do aluno, de modo que seja mais atuante e construtor de conhecimento junto ao professor e sua turma demonstrando, que “os alunos autistas tem a chance de tornarem-se protagonistas de suas próprias trajetórias.” (Sousa, p.65).

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde) é estimado que existam cerca de 70 milhões de pessoas ao redor do planeta com autismo, dos quais 2 milhões de pessoas somente no caso do Brasil. Na educação, segundo o Censo Escolar de 2019, houve um aumento de 37% na matrícula de alunos na educação básica com algum grau de TEA entre os anos de 2017 e 2018, sendo que em 2018 foram registrados 105.842 estudantes matriculados em salas de aula comuns pelo Brasil. Deste modo, é perceptível o aumento na entrada de estudantes no âmbito escolar que apresentam TEA (Transtorno do Espectro Autista), o que demonstra um desafio para as redes e unidades escolares, uma vez que é necessário o processo de inclusão do aluno portador do TEA juntamente com práticas que favoreçam a construção do conhecimento a partir de suas facilidades e singularidades. Nesse sentido, concordamos com Castanha (2016, p. 100), quando afirma que “hoje sabemos que uma pessoa com autismo que tenha a possibilidade de realizar as terapias necessárias e que conte com um bom acompanhamento neurológico, pode se tornar independente e produtiva, com exceção dos casos mais severos.” (CASTANHA, 2016, p. 100).

O acesso à educação de qualidade foi garantido, especificamente, aos portadores de TEA somente a partir de 2012, após a instituição da lei “Berenice Piana”, que instaurou a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, estabelecendo entre outras diretrizes de proteção às pessoas portadoras do TEA “o acesso à educação e ao ensino profissionalizante” (BRASIL, 2012, p.1). A partir da maior exposição desta parcela da população em relação as políticas públicas, o debate em torno de um ensino inclusivo tomou destaque como demonstra Castanha: “A inclusão veio como uma recomendação do Governo Federal, que, por sua vez, sofreu as diretivas da ONU, que justifica estar cumprindo um apelo mundial pelo fim da segregação”. (CASTANHA, 2016, p. 102).

Deste modo, é também papel fundamental da Geografia escolar prezar pelo movimento de inclusão dos estudantes portadores de TEA, visto que possuem suas demandas e suas singularidades em relação a construção de conhecimento e são parte fundamental do ambiente escolar. Uma grande problemática discutida em relação a inclusão destes alunos no meio escolar é a falta de infraestrutura apropriada para suas necessidades, entretanto, como apontado por Luis Furtado, mesmo com a alegação de falta de infraestrutura “a

educação não pode se isentar de suas obrigações com estes sujeitos (FURTADO, 2011, p.81).

Durante o período vigente de 2020 até o momento atual de 2021, a pandemia originada a partir do Sars-CoV-2 transformou o ambiente escolar presencial em um ambiente voltado a um regime remoto emergencial. Com isso posto o aprendizado de alunos portadores de TEA entra em pauta, uma vez que se os estudos em torno do ensino presencial para estes alunos até o período mais recente ainda são muito escassos, quiçá para uma experiência remota e virtual. Para Pastoriza; Orlando; Caiado (2012, p.784), “sobre as pesquisas no âmbito de todas as deficiências, não só a visual, até 2012, ano de realização do levantamento, não identificamos nenhuma na interface do autismo, deficiência múltipla ou deficiência intelectual.”

Desta forma a compreensão em torno do processo de aprendizagem de alunos portadores de TEA sobre o regime de ensino remoto a partir da ótica dos professores permite uma compreensão em torno do processo como um todo e das dificuldades e dos desafios não só dos alunos, mas também dos professores no processo de lecionar para os mesmos.

2 - Projeto e a Pandemia

Originalmente, o projeto de pesquisa em questão tinha como proposta a execução de visitas em escolas de ensino básico com o enfoque nos anos finais do ensino fundamental e nos anos iniciais do médio com a finalidade de acompanhar alunos portadores de TEA (Transtorno do Espectro Autista), de forma a aplicar atividades didáticas na disciplina de Geografia capazes de atuar no processo construção de conhecimentos geográficos e no desenvolvimento do raciocínio geográfico. Contudo, a pandemia se estendeu até o momento atual tornando inviável as visitas e a aplicação dessa metodologia. Desta forma, o projeto foi completamente adaptado, de forma a permitir a exequibilidade do mesmo sobre o regime de ensino remoto. Desta maneira, ao invés de focalizar no aluno portador de TEA, a pesquisa passou a focalizar o professor, acessado por meio de entrevistas semiestruturadas e realizadas de forma remota.

3 - Metodologia Utilizada:

Foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com professores de Geografia que lecionaram para alunos portadores do espectro autista (5 professores) em escolas da educação básica, com a finalidade de se obter dados relacionados ao aproveitamento dos estudos, adaptação ao ensino remoto e do processo de aprendizagem destes alunos a partir da perspectiva docente durante o regime de ensino remoto imposto pela pandemia causada pelo Covid-19.

Ao longo da pesquisa também foi realizada uma revisão bibliográfica que perdurou por todo o projeto, de forma a fortalecer a base teórica do projeto em si. Foram elencadas obras das áreas da Saúde, Educação e mais especificadamente, Geografia.

Juntamente a isso foi desenvolvida a análise dos dados obtidos a partir da metodologia de etnografia virtual em detrimento de manter a exequibilidade do projeto durante o momento de pandemia. Com isso, a bibliografia obtida, aliado as entrevistas e aplicação da etnografia virtual como forma de análise, foi possível captar os principais desafios impostos durante o período de pandemia para o ensino de Geografia para alunos portadores de TEA, qual seja:

- 1) Dificuldade em manter uma rotina de trabalho com os alunos portadores de TEA.;
- 2) Dificuldade dos professores e alunos na adaptação para o ensino remoto e também no processo de retomada ao ensino presencial
- 3) Dificuldade na mediação da relação entre Escola, Família e aluno.
- 4) Sobrecarga de demandas em torno do docente
- 5) Dificuldade de inclusão devido a questões técnicas como infraestrutura e dificuldade no manuseio das ferramentas didáticas comumente utilizadas durante o regime de ensino remoto.

Referências bibliográficas:

PASTORIZA, Taís Buch; ORLANDO, Rosimeire Maria; CAIADO, Katia Regina Moreno. **Produção do conhecimento sobre o ensino de geografia para pessoas com deficiência. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 773-786, abr. 2012.

BRASIL. Lei n^o 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 29 de Abril de 2020.

CASTANHA, Juliane Gortete Zanco. **A trajetória do Autismo na Educação: Da criação das associações à regulamentação da política de proteção (1983- 2014)**. 2016. 128 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

FURTADO, Luis Achilles Rodrigues. **Sua majestade o autista: Fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo**. 2011. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.